

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.539.091 - MT (2019/0199525-8)**

**RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**  
**AGRAVANTE : OI MOVEL S.A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL**  
**ADVOGADOS : DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA -**  
**MT013245A**  
**PAULO ROBERTO CANHETE DINIZ - MT013239A**  
**DIEGO JOSÉ DA SILVA - MT010030**  
**AGRAVADO : MUNICIPIO DE ALTA FLORESTA**  
**PROCURADOR : KLEBER ZINIMAR GERALDINE COUTINHO - MT004151**

### **EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. PROCON. MULTA. AFASTAMENTO. TESE RECURSAL NÃO PREQUESTIONADA. SÚMULAS 282 E 356/STF. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

### **DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto por OI MÓVEL S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL em face de decisão proferida pelo Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, que negou admissibilidade a recurso especial manejado contra acórdão cuja ementa assim se resume:

APELAÇÃO CÍVEL - EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL - NULIDADE DA DECISÃO ADMINISTRATIVA- INOCORRÊNCIA - AUSÊNCIA DE VÍCIO - NÃO COMPARECIMENTO DA EMPRESA À AUDIÊNCIA DESIGNADA NO ÓRGÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR - MULTA APLICADA PELO PROCON - CABIMENTO - OBSERVÂNCIA AOS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE E MOTIVAÇÃO - REDUÇÃO DO VALOR - VALOR ADEQUADO - SENTENÇA MANTIDA - RECURSO DESPROVIDO.

Nas razões do recurso especial, interposto com base na alínea *a* do permissivo constitucional, a recorrente aponta violação aos arts. 55, § 4º, do CDC, e 2º, parágrafo único, VII, 38, § 1º, e 50, § 1º, da Lei nº 9.784/99, sob o argumento de que o Tribunal de origem entendeu que é legítima e motivada a decisão do Procon de aplicar multa administrativa pela ausência da recorrente à audiência, mesmo após esta ter atendido em momento anterior o pleito do consumidor, que é o maior interessado.

A inadmissão do recurso especial se fez à consideração de que não houve emissão de juízo de valor pelo Tribunal de origem acerca da tese apresentada, de modo que incide à espécie o teor do enunciado das Súmulas 282 e 356 do STF, além de que rever a conclusão quanto à inexistência de motivação ou vício do processo administrativo resta inviável nos termos da Súmula 7/STJ.

Nas razões de agravo postula o processamento do recurso especial haja vista ter cumprido todos os requisitos necessários à sua admissão.

# Superior Tribunal de Justiça

É o necessário relatar.

Passo a decidir.

Inicialmente é necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo n. 3/STJ: *“Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC”*.

Presentes os pressupostos de admissibilidade do agravo, passo a análise do especial.

A pretensão não merece acolhida.

Quanto à suposta ofensa aos dispositivos legais indicados, cumpre asseverar que a tese recursal - inexistente motivação para a multa aplicada em razão da ausência da recorrente na audiência conciliatória quando já satisfeito o pedido do consumidor -, não comporta exame no âmbito desta Corte de Justiça, porquanto ausente o necessário prequestionamento do tema.

Observa-se que não houve apreciação pelo Tribunal de origem sobre a referida tese recursal que fundamenta a alegada violação, o que impossibilita o julgamento do recurso neste aspecto, por ausência de prequestionamento, nos termos das Súmulas 282/STF e 356/STF, respectivamente: *“É inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada”; “O ponto omissso da decisão, sobre o qual não foram opostos embargos declaratórios, não pode ser objeto de recurso extraordinário, por faltar o requisito do prequestionamento.”*

Registre-se que a parte recorrente não opôs embargos de declaração com o fim de obter um pronunciamento pelo Tribunal *a quo* a respeito da questão.

Efetivamente, para a configuração do questionamento prévio não é necessário que o Tribunal de origem mencione expressamente o dispositivo infraconstitucional tido como violado. Todavia, é imprescindível que no aresto recorrido a questão tenha sido discutida e decidida fundamentadamente, sob pena de não-preenchimento do requisito do prequestionamento, indispensável para o conhecimento do recurso especial. Tal medida se justifica pelo simples fato de que não poderia o Tribunal de origem ter contrariado lei quanto a matéria que sequer tratou.

A propósito:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO INDENIZATÓRIA. DIREITO DE FAMÍLIA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO DOS ARTS. 5º, 19 e 22 DO ECA. TRIBUNAL LOCAL QUE ENTENDEU COMO NÃO CONFIGURADO O ALEGADO ABANDONO AFETIVO GERADOR DE DANO MORAL, A PARTIR DAS PROVAS E FATOS COLIGIDOS AOS AUTOS. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. Não ocorrendo o debate dos preceitos legais ditos violados pelo acórdão, e não opostos embargos de declaração pelo recorrente, têm incidência as Súmulas 282 e 356 do STF.

2. Nos termos da Súmula 7 desta Corte, não é possível, na via especial, a revisão de acórdão que para decidir a lide, apoiou-se nas provas e fatos circunstanciados nos autos.

3. Agravo regimental improvido.

(AgRg no AREsp 811.059/RS, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 17/05/2016, DJe 27/05/2016)

# Superior Tribunal de Justiça

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. IPTU.

DISPOSITIVO APONTADO COMO VIOLADO. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282 E 356 DO STF. DISCUSSÃO ACERCA DA INCLUSÃO DA ÁREA COMO URBANIZÁVEL OU DE EXPANSÃO URBANA. QUESTÃO ATRELADA AO REEXAME DE MATÉRIA DE FATO. ÓBICE DA SÚMULA 7/STJ.

1. O recurso especial não merece ser conhecido em relação a questão que não foi tratada no acórdão recorrido, sobre a qual nem sequer foram apresentados embargos de declaração, ante a ausência do indispensável prequestionamento (Súmulas 282 e 356 do STF, por analogia).

2. O reexame de matéria de prova é inviável em sede de recurso especial (Súmula 7/STJ).

3. Agravo interno não provido.

(AgRg no AgRg no REsp 1580776/SP, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 26/04/2016, DJe 03/05/2016)

Ademais, o Tribunal de origem, soberano na análise dos elementos fático-probatórios dos autos, expressamente concluiu que a multa administrativa foi precedida de contraditório e da ampla defesa, não havendo qualquer irregularidade no processo administrativo.

A propósito, os seguintes excertos do acórdão recorrido (fls. 344/345 e-STJ), *verbis*:

(...)

Além disso, verifica-se que em observância a decisão recorrida em cotejo com os documentos trazidos aos autos, foi garantido o devido processo legal a apelante, que, por sua vez, não contraditou a penalidade aplicada, na oportunidade em que foi notificada do processo administrativo que originou a multa aplicada pelo Procon, ou seja, verifica-se que houve a realização do contraditório e ampla defesa.

Como se verifica dos autos, a decisão administrativa que embasou a aplicação da multa pelo Procon à empresa apelante, demonstrou todos os motivos que o órgão consumerista levou para concluir pela prática de infração aos direitos dos consumidores, razão pela qual, não merece prosperar a alegação do apelante quanto à violação do princípio da motivação.

Nesse contexto, a revisão do entendimento adotado conforme a pretensão recursal demandaria necessariamente em revolvimento das premissas fático-probatórias estabelecidas pelo acórdão recorrido, providência vedada no âmbito do recurso especial, nos termos da Súmula nº 7 do STJ.

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III, do CPC/2015 c/c o art. 253, parágrafo único, II, a, do RISTJ, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se.

Intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 04 de outubro de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES  
Relator

